

# AUTONOMIA DOS “SUJEITOS-OBJETOS” NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E NA NARRATIVA DA CIDADE

■ LIDIANE M. MACIEL

 <https://orcid.org/0000-0002-5029-7645>

Universidade do Vale do Paraíba

■ MARÍLIA GOULART SILVA

 <https://orcid.org/0000-0002-9246-9724>

Universidade do Vale do Paraíba

■ THAMIRES VIEIRA MARTINS DE MELO

 <https://orcid.org/0009-0004-9083-2747>

Universidade do Vale do Paraíba

■ LUCIANA BRAUNA BATISTA

 <https://orcid.org/0009-0007-0524-8493>

Universidade do Vale do Paraíba

## RESUMO

Este ensaio discute a autonomia dos sujeitos na escrita de suas próprias trajetórias e na produção de dados. Para isso, investiga-se a autonomia desses sujeitos na explicitação da realidade social vivenciada nas cidades brasileiras. O objetivo da produção popular de dados e narrativas urbanas é pressionar as instituições estatais, o controle das informações é fundamental para a luta social e, portanto, para a gestão dos territórios. Dessa forma, o ensaio propõe novas possibilidades de produção de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais, em que os antigos “objetos” das pesquisas se tornam “autores” de suas próprias narrativas, questionando a ciência normativa e a forma hegemônica de produzir conhecimento. Conclui-se que um projeto de decolonialidade do saber pode surgir a partir de novas perspectivas, expressões e formas de fazer pesquisa e produzir conhecimento. **Palavras-chave:** Escrita científica. Saberes decoloniais. Planejamento urbano.

## ABSTRACT **AUTONOMY OF “SUBJECTS-OBJECTS” IN THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE AND THE CITY’S NARRATIVE**

This essay discusses the autonomy of subjects in writing their own trajectories and in producing data, investigating their autonomy in explaining the social reality experienced in Brazilian cities. Normally, the objective of this production is to put pressure on state institutions, data control is important for the social struggle, and, therefore, the management of territories is of interest. Thus, this essay discusses new possibilities for knowledge production within the scope of Social Sciences, in which the “objects” of research become “authors” of their narratives and question normative science and the way knowledge is produced. It is concluded that the project of decoloniality of knowledge has contributed to the emergence of new expressions and ways of doing research and producing knowledge.

**Keywords:** Scientific writing. Decolonial knowledge. Urban planning.

## RESUMEN **AUTONOMÍA DE LOS “SUJETOS-OBJETOS” EN LA PRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO Y LA NARRATIVA DE LA CIUDAD**

Este ensayo analiza la autonomía de los sujetos al escribir sus propias trayectorias y producir datos. Para ello, se investiga su autonomía para explicar la realidad social vivida en las ciudades brasileñas. El objetivo de la producción popular de datos y narrativas urbanas es presionar a las instituciones estatales, ya que el control de datos es importante para la lucha social y, por tanto, es de interés para la gestión de los territorios. De esta manera, este ensayo propone nuevas posibilidades de producción de conocimiento en el ámbito de las Ciencias Sociales, en las que los antiguos “objetos” de investigación se convierten en “autores” de sus narrativas y cuestionan la ciencia normativa y la forma hegemónica de producir conocimiento. Se concluye que un proyecto de decolonialidad del conocimiento puede nacer a partir de nuevas perspectivas o expresiones y formas de investigar y producir conocimiento.

**Palabras clave:** Escritura científica. Conocimiento descolonial. Planificación urbana.

## Introdução

Este ensaio discute novas possibilidades de produção de conhecimento em Ciências Sociais, analisando a transição da condição de “objetos de pesquisa” para a de produtores de conhecimento. No campo do Planejamento Urbano e Regional, observa-se que aqueles que são frequentemente tratados como “objetos de pesquisa e de ação” raramente são reconhecidos como agentes produtores desse mesmo conhecimento. Essa abordagem reflete uma característica da ciência normativa, estabelecida na modernidade, que promoveu o “epistemicídio” (Santos, 2010; Santos, Araújo e Baumgarten, 2016) e reforçou a hierarquização entre o “nós”, cientistas, e o “outro”, reduzido à condição de objeto a ser pesquisado e dominado. Em outras palavras, a negação do “outro” manifesta-se ao tratá-lo como alvo ou objeto, mas nunca como sujeito agente do processo de produção de conhecimento.

Essa perspectiva vem sendo desafiada pelas abordagens decoloniais. Nesse sentido, ao aceitar as críticas apresentadas por autores decoloniais, como destacado por Ballestrin (2013), é preciso enfrentar o desafio de construir novas formas de realizar pesquisas e produzir narrativas. Para reordenar a produção científica, torna-se essencial refletir sobre os modos como o saber tem sido construído sob a influência do poder colonial, que desconsidera a ética da alteridade. Em outras palavras, o saber colonial rejeita o “outro” enquanto sujeito na compreensão ontológica, como apontado por Dussel (1977).

Dessa forma, para avançar na discussão, é necessário considerar outras formas de produção do saber. O campo do Planejamento Urbano e Regional se consolidou no Brasil no início do século XX, estando diretamente ligado à gestão da população nos territórios. O ato de planejar e gerir é visto como fundamental para

a ordem econômica e estatal, uma vez que fenômenos como a periferização da população e a violência se tornam centrais na gestão dos municípios. No entanto, na produção de conhecimento para a intervenção, pouco se valorizam as visões de mundo e os modos de vida das populações sobre as quais esse saber é construído, sendo esse processo moldado por um poder colonial.

Segundo Freire-Medeiros e Name (2019) há uma “epistemologia das lajes”<sup>1</sup> no Rio de Janeiro/RJ, por exemplo, que raramente é considerada pelos gestores públicos e pesquisadores da área, que em sua maioria incluem geógrafos, economistas, sociólogos, arquitetos, urbanistas e profissionais da administração pública. A isso soma-se a estrutura de formação dos profissionais. Ao analisar as ementas dos principais cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, observa-se que as bibliografias sobre as pessoas afetadas pelos efeitos do planejamento são escassas, pois o foco está geralmente voltado para os usos dos equipamentos públicos. Assim, decolonizar o planejamento urbano (Silva; Maciel, 2021) exige também uma nova postura tanto na pesquisa quanto na intervenção.

A partir dessas considerações, este ensaio tem como objetivo refletir sobre a autonomia dos sujeitos na produção de conhecimento. Metodologicamente, o estudo se baseia em um levantamento das ementas disciplinares de cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (bem como em documentos

1 Os autores consideram que há um conhecimento produzido nas favelas cariocas que não é considerado na produção científica, quando não, é estereotipado e mal interpretado. Segundo Freire e Name (2019, p. 157) “A laje constitui um espaço que, desde sua construção, é entendido como provisório, em mutação e de usos múltiplos (Klintowitz, 2008). No contexto da favela, ela é patrimônio altamente valorizado e símbolo de status, lugar de lazer e privilégio invejado (Silva e Barbosa, 2005)”.

da área) e em três estudos de caso: o primeiro relacionado ao Censo da Maré, no Rio de Janeiro; o segundo, um processo de *escrivência* realizado no âmbito de um grupo de pesquisa; e o terceiro, a avaliação das trajetórias de vida de mulheres em situação de rua, publicadas por uma ONG da cidade de São Paulo, que discute a relação com a cidade. Essas narrativas revelam outras possibilidades para repensar a experiência cotidiana, o controle do território e as trajetórias sociais, bem como as interpretações possíveis sobre onde se vive, a cidade. Conclui-se que, ao valorizar a potencialidade das produções de diferentes vozes, é possível gerar um novo tipo de conhecimento, menos hierarquizado e totalizante, sobre o humano e a vida urbana.

## O campo do Planejamento Urbano Regional: o ocultamento dos sujeitos

O planejamento urbano como ciência surgiu como resposta ao adensamento populacional das cidades na Europa. Havia uma nova realidade cidadina nascente com a emergente industrialização, que passava ser explicada por um novo conhecimento pretensiosamente científico, e não mais artístico (Choay, 1975).

Choay (1975) distingue um período pré-urbanista (século XIX) e outro urbanista de fato (século XX), cujas abordagens implicavam, em um primeiro momento, um esforço para descrever e dar “ordem” àquilo que era concebido como “desordenado”. Noutro momento, concepções mais críticas tomaram contornos, denunciando o caráter precário com que a modernização de caráter industrial e urbano incidiram sobre aqueles que, desprovidos de capital, foram inseridos na nova ordem como mão de obra assalariada. Engels (2010) grande empreendeu esforço para evidenciar o caráter

nefasto das cidades industriais cujas habitações precárias eram verdadeiras incubadoras de violências.

Já no século XX, Camargo, Lamparelli e George (2007) retomaram as discussões a respeito do “urbano” como “objeto” de estudos do planejamento, localizando-o no processo de desenvolvimento capitalista nos seus diferentes “estágios” e como o espaço da incidência das “condições gerais” para o seu desenvolvimento.

Ao empreender tal análise no contexto dos países de industrialização tardia, como o Brasil, os referidos autores compreendem que “o urbano nasce pela mão do Estado colonizador” (Camargo; Lamparelli; George, 2007, p. 14). Nesta abordagem, ainda que se admitam as especificidades com que o processo produtivo capitalista impactará na produção e na ocupação do “espaço”, o urbano é gerado, na verdade, por aquilo que a teoria neoclássica chama de economias externas e de aglomeração, penetradas por diferentes níveis e formas de socialização, sejam elas institucionais, de consumo ou agrupamentos sociais formalizados ou não.

Desta forma, pode-se observar como tendência uma acepção de planejamento urbano, desde a sua origem positivista, perpassando as críticas estruturalistas, como seara de percepção do espaço, dos objetos e das relações econômicas em detrimento dos sujeitos que historicamente o protagonizaram. Em discussões mais recentes que buscam evidenciar uma crítica que privilegie os “de baixo”, Pereira (2021) afirma que:

O pensamento urbanístico deixa de fora uma série de pensamentos espaciais que não sejam orientados por uma racionalidade ocidentalizada, constituidora do campo disciplinar. A própria academia se constituiu por muitos anos como um espaço de produção de conhecimento excludente e promotor de epistemicídio (Pereira, 2021, p. 115).

Neste sentido, concorda-se que este pensamento urbanístico deva ser reposicionado no campo do planejamento regional por compreender que “não há possibilidade de pensar a cidade apartada da dimensão histórica e da formação sociocultural do Brasil” (Pereira, 2021, p.111). Para tanto, tem-se em vista a necessidade de a descolonização dos saberes na formação em Planejamento Urbano articular-se pela intenção de se realizarem conexões e caminhos que desloquem dos lugares habituais, conteúdos, leituras, produções, sujeitos, narrativas, manifestações da presença dos sujeitos e grupos subalternizados e trazê-las sob o jugo de outros regimes de visibilidades (Pereira, 2018).

Este desafio, citado anteriormente por Pereira (2018), questiona, então, a formação dos Planejadores Urbanos, que habitualmente são formados sob a égide de um saber colonial. Neste contexto, as Ciências Econômicas e a Arquitetura e Urbanismo foram as principais referências no que toca aos assuntos do desenvolvimento da cidade. No Brasil, em particular, ainda são fortes os traços autoritários que marcam a disciplina criada em meio à Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Segundo Piquet e Ribeiro (2008, p. 54), ao se ampliar o diálogo sobre o desenvolvimento na América Latina, os militares conceberam como importante a formação de quadros de especialistas na área. As autoras destacam a formação dos primeiros Programas de Pós-graduação em Planejamento Urbano no país: na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972) e na Universidade Federal de Pernambuco (1975). As autoras compreendem que o ensino de Planejamento no Brasil seguia os modelos exógenos criados a partir “da Cepal e do Ilpes, e os manuais de metodologia para a programação econômica eram as peças-chave da bibliografia básica desses cursos” (Piquet; Ribeiro, 2008, p. 53).

No Brasil, o universo da pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, responsável pela formação de especialistas em temas relacionados às cidades, contava, até 2016, com um total de 42 programas, conforme documentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Naquele contexto, a produção de conhecimento era amplamente centrada na figura do pesquisador/observador neutro. Contudo, a partir de um levantamento e análise do conteúdo disciplinar desses programas, observa-se que são limitados os avanços que abordam as questões relacionadas aos sujeitos diretamente impactados pelo planejamento. Além disso, a literatura decolonial é abordada apenas em disciplinas específicas e marginal ao debate mais amplo.

Nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa, de caráter obrigatório, observa-se uma estrutura bastante rígida voltada à formação de pesquisadores em estágio inicial. A análise das ementas, contudo, não evidencia atualizações que incluam aulas sobre Técnicas de Pesquisa, com foco em estratégias voltadas à coleta e produção de dados qualitativos. Essas estratégias poderiam explorar as experiências de vida nas cidades, privilegiando a dimensão do aprendizado por meio da escrita dos próprios moradores, por exemplo.

Compreende-se, portanto, que, embora existam iniciativas isoladas voltadas à mudança de paradigmas para se pensar o território, o ensino no campo do Planejamento Urbano continua privilegiando os saberes produzidos de maneira clássica. Essa abordagem ainda promove uma separação rígida entre sujeito e objeto, quando não subordina outras epistemologias aos saberes de natureza tecnicista. A disputa pelo “desenho”, como discutido por Escobar (2016), abre a possibilidade de pensar não apenas em estratégias de controle territorial, mas também na emancipação de grupos

subalternizados. Observa-se, ainda, que essa disputa se estende à produção dos dados.

## A produção de dados pelos “objetos” de pesquisa

Os conhecimentos sobre o social, em particular no século XX, foram organizados ao redor da Ciências Sociais “teóricas” ou aplicadas. Como um cientista da natureza, a tradição das Ciências Sociais também estabeleceu seus modelos normativos axiológicos em que os objetos de pesquisa deveriam ser delineados. No Brasil, Fernandes (1997) estabeleceu as bases na construção científica para a área. Para o autor, o Cientista Social também é um observador. Todavia, o que se observa é uma construção, sobretudo, filosófica. Neste sentido, seguindo a lógica das reflexões neopositivistas apresentadas e debatidas, sobretudo, por Popper (1978), o cientista social é educado para realizar pesquisas que envolvem abstrações, submetidas aos critérios validação estabelecidos pela comunidade científica.

Logo, um pesquisador lida com objetos para extrair conhecimentos, e a legitimidade de suas colocações vem da aquisição de um poder simbólico acadêmico (Bourdieu, 1983). Ainda, seguindo Dussel, significamos o mundo por meio de um repertório limitado seletivo: “Faço o que faço porque tem valor para mim. Diariamente, portanto, o homem encontra-se no seu mundo correndo o risco de ter que interpretar o significado do que o rodeia e a escolha de quais das possibilidades deve exercer. (Dussel, 1977, p. 26. Tradução livre)<sup>2</sup>. Dessa forma, pesquiso o que pesquiso com um olhar centrado nos paradigmas aprendidos, em que objeto é alvo de um poder a mim já destinado.

<sup>2</sup> hago lo que hago porque tiene para mí valor. Cotidianamente, pues, el hombre se encuentra en su mundo en el riesgo de tener que interpretar del sentido de lo que lo rodea y la elección de cuál de las posibilidades ha de empuñar. (Dussel, 1977, p. 26).

No entanto, a partir dos anos 1980, algumas perspectivas avançaram no debate. Destaca-se entre elas a da ciência cidadã, que iniciou um questionamento importante sobre a posição dos antigos “objetos de pesquisa”, trazendo-os para o centro da discussão. Assim, o termo envolve a participação do público não acadêmico no processo de pesquisa científica. Nesse mesmo período, importantes contribuições foram apresentadas pelo sociólogo peruano Orlando Fals Borda, com a metodologia de Investigação Participativa. Amplamente discutida no Brasil, devido às referências diretas de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, Fals Borda (2015) destacou, em seus estudos sobre o campesinato colombiano, a importância de se pensar a práxis e a devolução dos conhecimentos aos pesquisados.

No plano europeu e americano, outras formas de se pensar as Ciências Sociais também emergiram por meio dos chamados “Estudos Culturais”. Diversos intelectuais, ao recompor a experiência colonial por meio das artes, em especial a literatura, promoveram grandes modificações na área, especialmente no que se refere ao debate sobre o posicionamento dos sujeitos pesquisados (Bhabha, 1998). Mais recentemente, o projeto de retomada das epistemologias do sul, voltado para a formação de uma ecologia de saberes, que visa à copresença radical e igualitária entre os sujeitos do conhecimento (Santos, 2010), tem questionado a produção científica.

Promover o questionamento das estruturas da comunidade científica como produtora de conhecimentos, a partir de uma perspectiva popular, inova a defesa da própria ciência, ao trazer novos atores para o centro da produção de saberes. Dessa forma, o cientista social passa a construir o conhecimento junto com a comunidade e a dividir com ela a autoria do trabalho. Conclui-se, então, que um giro decolonial (Ballestrin, 2013) na produção

científica começa a operar a partir de uma nova condição.

## O Censo da Maré: a produção de dados para a gestão territorial

Complexo da Maré se localiza próximo à Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro. Os dados do Censo Demográfico de 2010 indicavam uma população de 130 mil habitantes, no entanto, a partir da pesquisa realizada pelos moradores, em 2013, utilizando o mesmo método do IBGE, contaram-se 139.073 moradores, distribuídos em 47.758 domicílios.

Segundo os dados do *site* que organiza o processo de coleta de informações do Censo da Maré, ele é realizado em parceria com o Observatório de Favelas, uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). O objetivo da atuação da OSCIP é “a produção de conhecimento e metodologias visando incidir em políticas públicas sobre as favelas e periferias e promover o direito à cidade”. Ou seja, há um entendimento claro da população que lá vive de que o Complexo da Maré é um espaço do não direito destinado à classe trabalhadora empobrecida. A primeira experiência do censo foi em 2010 e tinha como objetivo gerar dados para um plano de desenvolvimento sustentável para o território.

O Censo é um instrumento de luta e poder e vincula-se à perspectiva do controle socio-territorial, iluminando as realidades obscurecidas pela ausência de dados que justificam a falta da ação política. Historicamente, essa ferramenta se concentrou nas mãos do Estado.

Segundo o IBGE (2000), o primeiro Censo brasileiro, realizado em 1872, visava preencher lacunas na compreensão da realidade. No entanto, com a organização das pesquisas estatais em torno do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1936, o Censo Demográfico adquiriu um novo caráter

e passou a gerar dados para a gestão estatal. A Lei Complementar nº 59, de 22 de dezembro de 1988, transformou o Censo Demográfico e o trabalho do IBGE em instrumentos fundamentais para a gestão territorial no Brasil.

Contudo, com o reconhecimento das profundas desigualdades socioterritoriais no Brasil, as comunidades passaram a se organizar para disputar espaço na produção de seus próprios dados, considerando que o Censo de âmbito nacional, muitas vezes, não aborda as especificidades locais. A proposta não reside na crítica desmoralizante do Censo Demográfico ou das pesquisas estatais e acadêmicas normativas, mas na realização de uma análise aprofundada sobre a necessidade de dados precisos e georreferenciados, produzidos pelos e para os moradores que possuem conhecimentos sobre os territórios de vida, não tangíveis para agentes externos, o que pode orientar a formulação e o controle das políticas públicas. Normalmente, as pesquisas de grande amplitude falham ao demonstrar especificidades.

Dessa maneira, uma das problemáticas apontadas pelos moradores da Maré foi que:

Becos e passagens intrincadas, edificações não numeradas, difícil separação de domicílios, acessos encobertos e prédios fechados sem mediação para alcançar as unidades residenciais são ocorrências comuns nesses espaços. Assim, são recorrentes os problemas com a identificação de logradouros, a compreensão e definição do percurso, a contagem de domicílios, a localização de endereços etc. (Redes, 2019, p. 11).

A autonomia na produção de dados, transformados em informações estratégicas, disputa recursos para a gestão territorial, no caso do Censo da Maré, a intervenção passa ser orientada de baixo para cima. A exposição das condições sociais por meio de dados obtidos por processos legitimados também pelo Estado se apresenta como uma nova perspectiva de atuação.

A produção de dados próprios tinha o objetivo de transformar as condições de vida da população, apontando à gestão municipal as áreas prioritárias para o desenvolvimento do território, a partir da visão de seus moradores. Assim, a “Redes da Maré” definiu como prioridade atuar a partir dos seguintes eixos de trabalho: (I) Educação, (II) Arte e Cultura, (III) Memórias e Identidades, (IV) Desenvolvimento Territorial e (V) Segurança Pública e Acesso à Justiça (Redes, 2019, p. 6). Nesse processo, o olhar não desconsidera as deficiências, mas volta-se, sobretudo, para as potencialidades do território.

Nesta produção de estudos sobre a área, destacam-se a mobilização e a participação direta dos moradores como pesquisadores. Para as entrevistas, participaram cem pesquisadores:

Tal iniciativa, portanto, não foi mera ação vertical de especialistas pesquisando acerca da vida de moradores e moradoras da Maré, mas um trabalho conjunto de pessoas — em grande parte, oriundas desse próprio território e engajadas no processo de transformação da realidade local (Redes, 2019, p. 7).

Soma-se à experiência da produção autônoma dos dados também o suporte prestado ao Censo Demográfico do IBGE. Em 2022, a rede Maré destacou o importante trabalho de recenseadores locais na composição da pesquisa nacional. Raquel Ferreira, que coordenou os trabalhos na Maré, destaca:

Está sendo de extrema importância o apoio da Redes com o IBGE, nos fornecendo espaços físicos de apoio para o nosso trabalho e na comunicação com as demais frentes comunitárias. O morador se sente confiante em saber que o nosso posto de coleta é na Redes” (Redes, 2022).<sup>3</sup>

Logo, a mobilização popular indica novos caminhos para a área de planejamento urba-

3 Disponível em: [Redes da Maré :: Maré recebe pesquisadores do Censo IBGE 2022 \(redesdamare.org.br\)](https://redesdamare.org.br). acesso 10 de nov. 2023.

no e centra os moradores, antes “objetos de pesquisa”, agora como produtores de um saber local importante para a gestão do território. Estes produzem novas narrativas sobre a cidade, complexificando o entendimento sobre o urbano e seus processos.

## O livro das Dores: trajetórias socioterritoriais de uma mulher em situação de rua

Evaristo (2008), por meio das reflexões sobre a metodologia da “escrivência”, cunhada pela autora, apresenta uma nova possibilidade de produção de conhecimento. A autora enfatiza a importância de dar foco às histórias de vida das mulheres negras e seus cotidianos. Com o argumento de que uma narrativa singular e particular é, ao mesmo tempo, coletiva, abriu-se caminho para novos olhares e saberes.

Em 2021, durante a realização de um trabalho de extensão universitária<sup>4</sup> em parceria institucional, conheceu-se uma costureira em reabilitação das drogas. O objetivo do projeto era a geração de renda para mulheres em vulnerabilidade social durante a pandemia. Das Dores<sup>5</sup>, mulher negra, periférica, adicta, na época tinha 50 anos, e durante o processo de trabalho confidenciou que durante trinta anos tinha sido usuária de drogas e que somente quando esteve à beira da morte se engajou em programas oferecidos por diferentes instituições, entre elas o abrigo municipal para mulheres da cidade de São José dos Campos/SP. Uma das práticas que valorizou o processo de saída do mundo das drogas foi a escrita.

4 Projeto Viver, Observar e Escrever as dores a população em situação de rua” Fundo Municipal de Cultural de São José dos Campos Edital Nº 001/P/2023, em parceria com o Núcleo de Cartografias Sociais e Metodologias Participativas da Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos-SP).

5 Com autorização expressa de Maria Das Dores Conceição de Oliveira.

A iniciativa de Das Dores vem ao encontro do conceito de escrevivência de Conceição Evaristo (2008), que hoje sai do campo da literatura e penetra nas discussões metodológicas das ciências sociais. Das Dores, quando apresenta de forma detalhada sua experiência nas drogas e nas ruas, expõe como a sociedade estigmatiza e destina determinados espaços residuais à população “usuária”, classificada como sub-humanos.

Na escrita da autora-pesquisadora, para além da narrativa testemunhal das dificuldades e perigos enfrentados quando se é usuária de drogas, verificam-se diversos elementos da gestão socioterritorial dos municípios, como a periferização das classes sociais menos favorecidas. No entanto, das inúmeras experiências socioterritoriais descritas no relatório de pesquisa em escrevivência, destacam-se, para a área de Planejamento Urbano Regional, os relatos que Das Dores traz de sua experiência de expulsão do bairro Pinheirinho em São José dos Campos/SP. Segundo sua escrita, a vida do viciado é sem destino, de “quebrada em quebrada”, escravo da droga:

Eu ficava na quebrada o tempo todo, eu mudava toda hora porque dependente químico anda sem destino e sem lugar, às vezes passa por várias cidades. Na quebrada, ele tem uma vida sem destino, ele deixa tudo para trás, eu mesmo conheci muitos até de outros países que andam em meio as biqueiras, diferente de como eles quisessem fugir deles mesmos. (Relatório de Pesquisa, 2022, p. 8).

Compreende-se pela passagem que a circulação é uma estratégia de sobrevivência do usuário de drogas, pois ela estende o conceito de espaço, e “a quebrada” passa ser um território ampliado, nem sempre periférico, como rotineiramente se entende. Mas, normalmente, encontra nos espaços vulneráveis da cidade determinadas condições de espoliação urbana.

O bairro Pinheirinho, em São José dos Campos/SP, ficou conhecido nacionalmente em 2012 devido à ação truculenta da Polícia Militar do estado de São Paulo em sua desocupação. A resistência dos moradores diante da injustiça confirmada pela ação do sistema jurídico também foi emblemática. Desde 2012, diversos estudos na área de planejamento urbano se dedicam a contar essa história. Dentre eles, destacam-se o trabalho de Siqueira (2019), sobre as memórias de adolescentes na época da desocupação, e o de Souza (2022), sobre o processo de expulsão promovido pelo capital e pelo poder político hegemônico que favorece o empresariado urbano.

Ambos os trabalhos avançam na produção de dados qualitativos sobre o processo de desocupação do Pinheirinho por meio de entrevistas qualitativas e estratégias de sistematização de experiências (Holliday, 1998). No entanto, os entrevistados ainda se apresentam para ambos os pesquisadores na ótica da ciência normativa. Os relatos foram recolhidos e analisados considerando a produção acadêmica da área. No entanto, Das Dores também escreve e é capaz de analisar o processo criticamente, cujo foco é o da desocupação:

Quando cheguei no Pinheirinho depois de um tempo morando num barraco fui ao banco e fiz um empréstimo grande para construir a casa que eu tanto sonhava e no começo deu tudo certo. Teve pessoas que gastaram tudo o que tinham, construindo casas boas com muito sacrifício, pessoas que tinham muitas crianças. Tinha pessoas que vieram de todos os lugares. Era muita gente. Mas infelizmente o juiz não deu a posse do terreno. Tinha pessoas chorando porque não tinha mais onde ir morar. Foi muito triste, pessoas choravam ao ver a casa que foi construída com tanto sacrifício, que tinha gastado todo seu dinheiro. Eles ficaram vendo a máquina derrubando um por uma. Casas boas. (Relatório de Pesquisa, 2022, p. 15).

Após o evento da desocupação do Pinheirinho, Das Dores narra que, como muitos ex-moradores do bairro que foram para outros bairros periféricos, ela foi para outra comunidade e seguiu na “carreira” do uso e tráfico. Em todo o processo de escrita, Das Dores relata diversas experiências durante o uso de drogas e como ela fazia para sobreviver, levando-nos à reflexão de como é possível identificar algumas situações em que a política de assistência social não esteve presente em sua vida e como essa ausência se reproduz na vivência de outras pessoas que estão ou estiveram na mesma situação relatada na história. Em outras palavras, a escrivência de Das Dores nos leva a contestar o papel do Estado diante de todos os acontecimentos de sua vida. Para além do acesso ao direito da política de assistência social, reflete-se também acerca do direito à cidade quando sua passagem pela situação de rua, o modo como muitas vezes foi impedida de ocupar determinados lugares e a forma como se sentia frente à sua própria situação.

Depois que meu cunhado me colocou na rua, fiquei andando sem destino, passei muito frio na rua, eu não tinha nem uma blusa para eu usar, então, eu fazia uma fogueira e dormia naquele lugar quando eu acordava o sol estava saindo, e as pessoas passavam por mim como se eu fosse um lixo. Procurei trabalhar na biqueira, pois ali eu tinha a minha droga para usar. Depois resolvi procurar a minha filha. Quando a encontrei, fiquei sabendo que ela estava morando de favor, e a dona da casa me deixou ficar lá. Era uma casa tão suja, havia algumas crianças lá, todas malcuidadas, e o pessoal usava droga ou bebida também (Relatório de Pesquisa, 2022, p. 47).

Na rua, então comecei a me vestir de homem! Dormia em lugares escondidos com papelão e jornal durante o dia, eu ficava nas tocas onde os usuários ficavam, e eu passei a agir como homem, engraçado é que todos achavam que eu era sapatão. Eu não parava de andar pelas ruas

sem destino, e sozinha às vezes estava no meio dos usuários, mas sempre sozinha. Quando caía a noite eu procurava um lugar para dormir. Normalmente, dentro de uma caçamba, porque era mais quente (Relatório de Pesquisa, 2022, p. 48).

Mais do que uma narrativa testemunhal da vida nas ruas, a obra traz à luz do debate científico a problemática do aumento da população em situação de rua entre 2019 e 2022 no Brasil. Em 2022, a estimativa era de que 281.472 pessoas em todo o país se encontravam nessa situação.

### “Ser mulher na rua é mais difícil ainda”: análise das narrativas de mulheres em situação de rua a partir do uso de biografias

Outra experiência de produção de dados e informações que se destaca é o livro “A cidade que ninguém vê”. Ele reúne 91 histórias de pessoas em situação de rua, organizadas por Vinicius Lima (2016) participante da ONG “São Paulo Invisível” mobiliza, a ação da organização tornou-se popular numa rede social ao estimular as pessoas em situação de rua contarem suas histórias. O intuito é dar visão a uma discussão de políticas públicas de atendimento a esta população por meio das histórias de vida dos sujeitos. Destas, 10 histórias são de mulheres que foram escolhidas para serem abordadas neste artigo. Nestas dez histórias analisadas verificou-se que em nove delas se tratava de mulheres negras, corroborando com as pesquisas deste grupo populacional, em que a maioria são de pretos e pardos (Brasil, 2008; Smads, 2019). A Figura 1 apresenta uma montagem de fotos composto pelos registros fotográficos que acompanham as histórias das dez mulheres entrevistadas no livro e que foram selecionadas para este artigo.

**Figura 1:** mulheres selecionadas



**Fonte:** Compilação da autora.

Elaborou-se um quadro síntese, quadro 1, com a página do livro que a história se encontra, nome, idade (quando informado), cor/raça (a partir da análise do registro fotográfico), si-

tução de rua informada, as temáticas identificadas nas narrativas destas mulheres, excerto das falas das entrevistadas.

**Quadro 1 – Síntese das narrativas das mulheres entrevistadas**

Nº	PÁG.	NOME	IDADE	COR/RAÇA	SITUAÇÃO DE RUA	TEMÁTICAS	EXCERTOS DAS FALAS DAS ENTREVISTADAS
7	p. 165-66	Rosinha	27	negra	rua há 6 anos	prostituição, mãe adolescente, migração, emprego, institucionalização (presa furto), moradia	"...morava na rua já lá no Maranhão, logo depois que saí da cadeia porque peguei um vestido da loja com minha amiga"  "...a gente veio pra São Paulo tentar uma vida melhor"
8	p. 175-76	Simone* *(nome fictício)	s. idade	negra	rua há 1 ano e meio	prostituição, mãe solo, violência de gênero, violência doméstica, emprego	"To há um ano e meio morando na rua, mas já faço programa há uns oito anos"  "Ninguém da minha família sabe que eu to na rua, falo que to no albergue, o que não é mentira porque, de vez em quando, eu durmo lá"  "...quero ter outro emprego pra fazer isso aqui só de fim de semana pra ganhar um dinheiro extra, queria ser manicure"

9	p. 177-78	Taís	23	negra	não informado	mulher trans, migração, preconceito, transfobia, desemprego	"Foi difícil encontrar emprego, as pessoas me olhavam da cabeça aos pés e eu recebi muitos 'nãos' [...] No último serviço sofri transfobia. Faz quinze dias que eu saí da churrascaria que eu trabalhava. Meu patrão não me aceitava muito"  "Como você mesma disse, muitas pessoas olham para alguém e já começa a imaginar coisas. Eu não faço programa, vim aqui só para pegar o wifi grátis"
10	p. 181-82	Tamara	28	negra	rua-debaixo da ponte (tempo não informado)	migração, prostituição, drogas, saúde (HIV), violência de gênero, preconceito, tratamento dependência química	"Eu vim do Piauí com 17 anos pra colocar silicone, porque só aqui eles fazem a cirurgia. Desde os 13 anos eu sou prostituta, comecei lá em Teresina, tenho 28"  "Hoje eu não faço muito programa, nem dependo muito dele. Meu trabalho aqui é mais de conscientização, eu aconselho e ajudo as meninas em troca de ajuda financeira porque sou soro positivo, fumo pedra e moro debaixo da ponte, eu tô fudida. Graças à Deus vou ser internada, porque tá difícil e eu quero parar, meu bem"

Fonte: Elaboração própria a partir do texto de Lima (2016).

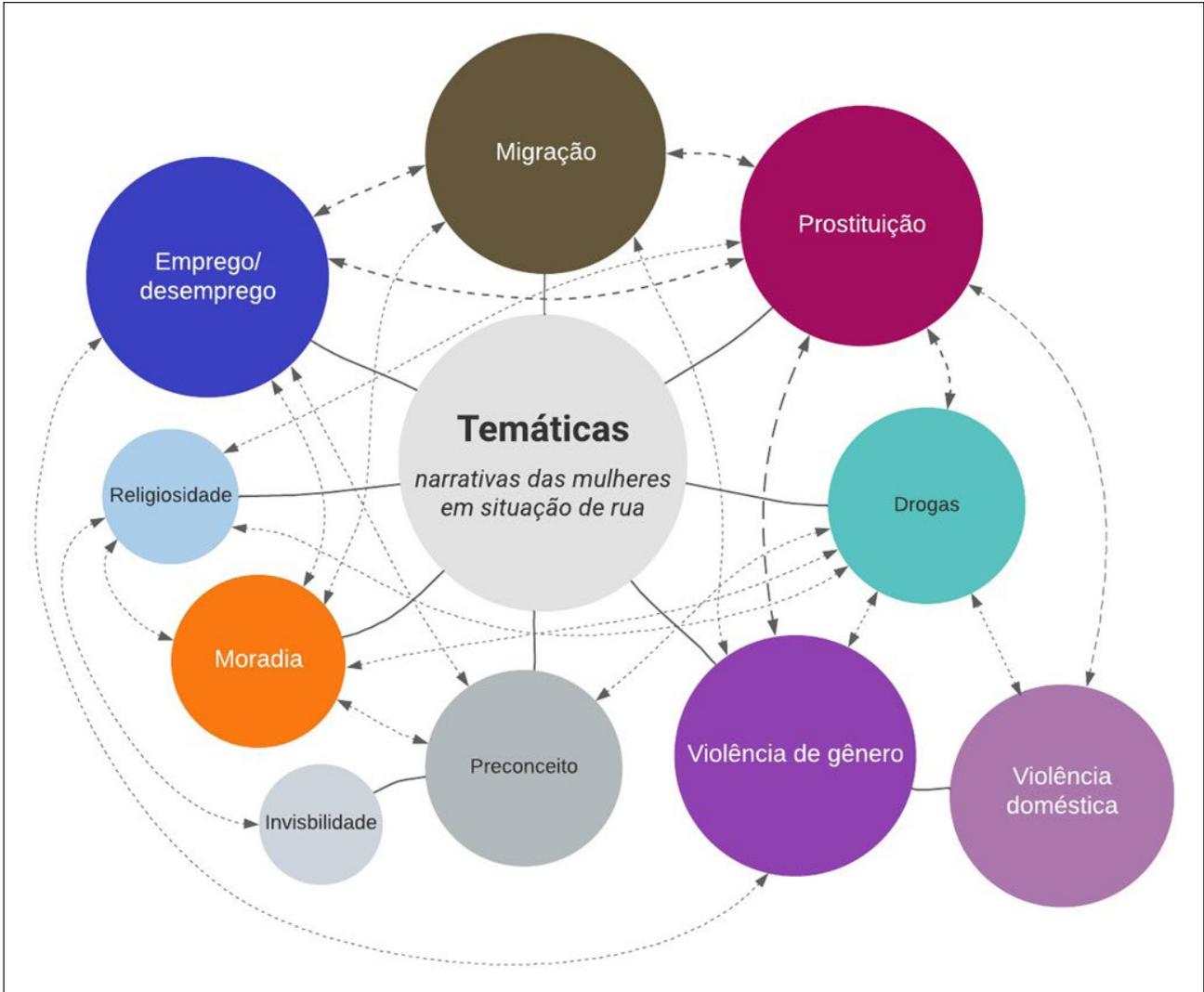
A faixa etária das mulheres variava de 23 a 71 anos de idade, sendo que cinco delas estavam na faixa de 23-31 anos, uma delas com 59 anos e outra com 71 anos, além de três mulheres que não informaram a idade.

Percebe-se por meio das narrativas destas mulheres a complexidade do fenômeno da população em situação de rua, dos múltiplos fatores que levam uma pessoa a estar nesta condição, tais como, a questão da migração e do trabalho, na busca por melhores condições de vida; o consequente desemprego e perda

da moradia; o uso de álcool e outras drogas que pode ser causa para a situação de rua, como também, consequência de se estar nesta condição.

A Figura 2 demonstra um esquema visual da recorrência e correlação das temáticas mais citadas nas narrativas das dez histórias analisadas: emprego/desemprego (5), migração (5), prostituição (5), violência de gênero (5), violência doméstica (4), drogas (4), preconceito (4), moradia (3), religiosidade (2) e invisibilidade (1).

**Figura 2** - Esquema visual das temáticas das histórias analisadas.



**Fonte:** Autoria própria.

Diferentes cidades de origem são citadas pelas mulheres entrevistadas: Daiane migrou do Mato Grosso do Sul devido a conflitos familiares; Maria de Fátima migrou do interior de São Paulo, da cidade Avaré, em busca de emprego; Rosinha migrou do Maranhão, onde já estava em situação de rua, em busca de melhorar a sua condição de vida; Taís migrou do interior do Pará para o Rio de Janeiro e posteriormente para São Paulo em busca de emprego; e Tamara migrou do Piauí, em busca de um serviço especializado de saúde estética.

Também foi evidenciado no relato de Geralda, a sua atuação religiosa na região onde se concentram pessoas em situação de rua. E os relatos de Daiane, Maria A, Maria B, Taís e Tama-

ra abordam a invisibilidade e o preconceito de se estar em situação de rua. Apesar de Maria B ser domiciliada, ela utiliza-se do espaço da rua para obter o seu sustento com a mendicância. Enquanto Taís refere o preconceito e a transborda sofrida, Tamara aborda o preconceito sobre quem trabalha como garota de programa:

- Daiane: “Aqui na rua é difícil, as pessoas te olham e te veem como um lixo. Tem muito preconceito...”
- Maria A: “Eu tenho o nome de Deus, aliás, da mãe dele. [...] E como o nome de uma pessoa tão especial pode estar em mim, uma moradora de rua?”
- Maria B: “...eu venho aqui pra conseguir pagar o aluguel e ajudar meus três netos [...] eu

escondo por amor, não é legal falar que a vó tá pedindo.”

–Taís: “Foi difícil encontrar emprego, as pessoas me olhavam da cabeça aos pés e eu recebi muitos ‘nãos’. Eu ficava mal, chegava em casa chorando [...] no último serviço sofri muita transfobia [...] meu patrão não aceitava muito.”

–Tamara: “Também ajudo na questão do preconceito, sabe? Rola muito por aqui, mas os mais preconceituosos vêm aqui...”

Destaca-se nas falas das entrevistadas as temáticas relacionadas ao gênero feminino: a prostituição, a violência doméstica e a violência de gênero. O tema da prostituição foi evidenciado em metade do total de relatos, as entrevistadas Daiane, Geralda e Tamara abordam sobre a prostituição como forma de viabilizar o uso de drogas, enquanto, Rosinha e Simone correlacionam a obter dinheiro para o seu sustento.

Os relatos de Daiane, Maria de Fátima, Priscila e Simone abordam a violência sofrida dentro de casa:

–Daiane: “...ele batia em mim e até abusou da minha irmã.” (violência sofrida pelo padrasto).

–Maria de Fátima: “Ele saía de casa de manhã e voltava de noite bêbado pra me bater e me machucar.” (violência sofrida pelo marido).

–Priscila: “Ele não bebia, só que às vezes tinha uns surtos e me batia.” (violência sofrida pelo marido).

–Simone: “Quando a gente morava junto ele já me empurrou da escada do nono andar...” (violência sofrida pelo marido).

Quanto a violência de gênero, fora do contexto doméstico, fica evidenciada no relato da Daiane, Maria de Fátima, Priscila, Simone e Tamara, que abordam a exposição à violência do corpo feminino na rua:

–Daiane: “Ser mulher na rua é mais difícil ainda. Eu nunca fui abusada porque tenho meus parceiros e tenho moral na rua, mas umas amigas minha já foram, é muito perigoso”.

–Maria de Fátima: “Graças a Deus, nunca fui abusada e nem agredida, mesmo sendo mulher.”

–Priscila: “Ser mulher na rua é muito difícil, o mais difícil é ter que aturar umas papagaiadas dos homens, da rua e de fora. Os de fora mexem mais que os da rua, mas não é fácil. A rua é um pouco machista”

–Tamara: “Eu dou conselhos sobre os clientes, falo pra não confiar muito [...] Eles tentam até matar a gente às vezes.”

O livro “A cidade que ninguém vê” retrata uma realidade também evidenciada nas pesquisas com a população em situação de rua, em que a maioria das pessoas nesta condição são do gênero masculino, estando as mulheres em minoria. E ainda, se tratando de raça/cor, as pessoas pretas e pardas são a maioria.

De acordo com a autora Rocha (2021) na sua dissertação sobre a trajetória de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos/SP, ainda não há estudos sobre a população em situação de rua e as questões raciais, mesmo que esta seja maioria nesta condição. As experiências das mulheres em situação de rua se diferenciam pelo recorte de gênero, os relatos das entrevistadas apresentam os atravessamentos da violência de gênero e da exposição de seus corpos por ocuparem um lugar que não lhes é de direito: a rua.

Para a autora Tiene (2004, p. 65) “O corpo da mulher, culturalmente, é considerado frágil e subordinado”. E com o surgimento de uma nova organização social, da Cidade-Estado, o homem passa a ocupar a esfera pública e representar a mulher, que devia permanecer no mundo privado (Tiene, 2004). De acordo com Federici (2017, p. 144) para a mulher “uma vida nômade as expunha à violência masculina [...] também tinham mobilidade reduzida devido à gravidez e ao cuidado dos filhos”. Conforme aponta Davis (1998) apud Federici (2004, p. 200) “as mulheres foram expulsas não apenas de muitos trabalhos assalariados, como também

das ruas, onde uma mulher desacompanhada corria o risco de ser ridicularizada ou atacada sexualmente”. Assim, historicamente o papel feminino esteve destinado ao âmbito doméstico e privado, a mulher “dona de casa”, e àquela que transgredisse esse papel social era estigmatizada.

As experiências narradas também se diferenciam pelo recorte racial; na condição de ex-escravos e recém libertos, a população negra não foi inserida no processo produtivo como trabalhador livre e assalariado, ficando à margem restou-lhe o subemprego e o desemprego, e para a mulher negra: o trabalho de doméstica, o subemprego nas fábricas e a prostituição forçada (Moura, 1977). Aspecto também apontado por González (2020). Deste modo, Moura (1997, p. 53) ainda ressalta “Vindos da escravidão, esses mecanismos de peneiramento e compressão determinaram o posicionamento do negro até hoje nas últimas escalas do sistema de estratificação social”. Esse processo de estratificação conforme aponta o autor, fica evidente no fenômeno da população de rua, inclusive ao se analisar o recorte de gênero e a correlação entre raça, violência de gênero, prostituição, migração e desemprego nas narrativas apresentadas.

Diante da profundidade e complexidade que as narrativas das mulheres em situação de rua apresentam em seus relatos; e reconhece a necessidade de que novas pesquisas investiguem as problemáticas mencionadas, que envolvem processos históricos e estruturais da nossa sociedade e que estão intrinsecamente relacionados a este fenômeno.

Estes relatos imprimem as vivências cotidianas do ser mulher em situação de rua e contribuem para outras percepções ao planejamento urbano, segundo Randolph (2020, p. 105) “...espaços construídos no cotidiano [...] são fatores constituintes de um planejamento que se pretenda subversivo; ou seja, que propi-

cie inverter ou subverter as relações tanto entre Estado e sociedade em geral...”. E de acordo com a autora Gomes (2020, p. 4) “Somente essa aproximação à condição humana, política e espacial da pluralidade de indivíduos e grupos poderá contribuir ao trabalho de construção de subsídios ao planejamento socialmente necessário e construído”.

Os planejadores urbanos na posição que lhe são conferidos dentro da planificação, concepção e estudo das cidades, tem a responsabilidade de garantir a participação desta população vulnerável e invisibilizada. Como aponta Frochtengarten (2005, p. 374) na importância da narrativa “o campo compartilhado pelo narrador e seu ouvinte propicia um ingresso no campo político, uma abertura ao engajamento do passado no presente e alguma elaboração de vivências que exigem respostas mentais”.

## Síntese sobre a produção dos saberes descentrados

A partir dos casos estudados, verifica-se o caminho da produção da complexidade por meio de outros saberes sobre o urbano, o que envolve em nossa reflexão:

- a aceitação pela comunidade acadêmica de outras *grafias*, ou seja, o aprofundamento da compreensão de formatos de textos que não obedecem à lógica puramente formal ou cartesiana de produção de conhecimento;
- o reconhecimento histórico das desigualdades da educação formal;
- o descentramento do lugar da autoria dos “sujeitos de pesquisa” e do “pesquisador” que passam a coproduzir a reflexão de maneira totalizante.

Iniciativas como o Censo da Maré e outras experiências de escritas mostram novas possibilidades de produção de conhecimentos e compartilhamento de saberes, que antes es-

tavam restritos aos ambientes acadêmicos, bibliotecas e eventos científicos. Verificam-se ainda a disputa e os consensos de narrativas que passam a ser coproduzidas. O processo de “escrever” indica outras experiências, portanto, coletivizadas e registradas a partir do ponto de vista de quem viveu, enquanto a produção também coletivizada de dados quantitativos, como no caso dos censos que nascem das comunidades, força a produção científica a uma nova condição.

Desta forma, ao romper o muro da universidade, a produção de conhecimento legítimo e popular força a reestruturação do campo acadêmico (Bourdieu, 1983), habituado a construir processos linguísticos de legitimação de entendimento apenas por pares. A autônoma produção de narrativas e dados estimula uma nova pedagogia de ensino científico que coloca os pesquisadores frente a seus ímpares, que ingressam definitivamente na produção de conhecimento legítimo e explicativo da realidade social.

Pensando juntamente com Escobar (2016) sobre o “*diseño*”, ou seja, representações ontológicas sobre o real, que não deve ser visto como neutro, a escrita e a produção de dados estão submetidas a interesses politicamente gestados, que criam versões da realidade social.

As experiências do Censo da Maré, da escrivência de Das Dores e narrativas das mulheres em situação de rua em São Paulo, ampliam os espaços de apresentações discursivas, oferecendo às Ciências Sociais a oportunidade e o desafio da complexidade da vida social. Assim, um “desenho” ou uma “narrativa”, como posto por Escobar (2016), reconhece a criação de um mundo dentro do mundo. Uma relação direta entre *diseñados* e *diseñadores*, em nosso ensaio, possibilita a relação agora igualitária entre “objetos” de pesquisa e pesquisadores com a possibilidade da formação de uma ecologia de saberes descentralizada da academia.

## Considerações finais

O ensaio assumiu o desafio de pensar, a partir de dois casos, a produção dos saberes na Ciências Sociais, em especial no Planejamento Urbano. As ementas das disciplinas dos cursos no Brasil, pouco apresentam uma preocupação com os sujeitos afetados pelos efeitos do planejamento. Por meio do projeto Das Dores, pode-se constatar a importância da escrivência para a vida de pessoas que vivenciam realidades antes apenas colocadas no plano dos gestores públicos municipais, nomeadas de “combate às drogas e a população em situação de rua”. Das Dores, por meio de sua história, vem nos ensinando e provocando reflexões mais profundas sobre a desigualdade social e banalização das injustiças sociais. Considera-se a partir de sua trajetória, que é coletiva, que todas as pessoas possuem necessidades sociais, e com a pessoa em situação de rua não é diferente. São necessidades de segurança, de liberdade, de certezas e incertezas, de trabalho e diversão, do previsível e do imprevisível, de trocas, de encontros, enfim, de inúmeras necessidades.

Percebe-se que o tema é relevante não só para a academia, mas também para a sociedade civil. O mobiliário urbano e o higienismo social apontam que o direito à cidade não é assegurado a todos habitantes que a produzem. Ao reconhecer esses aspectos, comunidades como da Maré investem na construção de um conhecimento coletivo sobre a realidade social, rompendo, assim, a individualização da condição humana. Neste sentido, o ensaio orientou-se pela crítica que estabelece questionamentos às epistemologias científicas eurocêntricas, valorizando outras formas de produção de conhecimento, mais inclusivas e menos exclusivas.

## Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília,

- n. 1, p. 89-117, mai./ago. 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 14 de nov. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CAMARGO, Azael Rangel; LAMPARELLI, Celso. Monteiro.; GEORGE, Pedro Conceição Silva. Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: “o urbano”. **Revista Eletrônica De Ciências Sociais Aplicadas e Outras Coisas**, v. 1, n. 1, mai. 2007. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12880300/nota-introdutoria-sobre-a-construcao-de-um-objeto-de-estudo-uff>. Acesso em: 14 de nov. 2023.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- DUSSEL, Enrique. **Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana**. Ciudad de México: Extemporâneos, 1977.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**. Popayán: Sello Editorial, 2016.
- EVARISTO, Conceição. Escrivências da afro-brasilidade: história e memória. **Releitura**, Belo Horizonte, n. 23, p. 1-17, nov. 2008.
- FALS BORDA, Orlando. La decomposición del campesinado, 1975. In: MONCAYO, V. M. **Orlando Fals Borda una Sociología Sentipensante para América Latina**, CLACSO, ed. Século XXI, Buenos Aires, 2015. p. 35-56.
- FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados [online]**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Rb7HCMSwdfR5rZYbcW-nHwWc/> Acesso em: 14 de nov. 2023.
- FERNANDES, Fernandes. A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. **Revista Mediações**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/media-coes/article/view/9372>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Leo. Epistemologia da laje. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/151262>. Acesso em: 14 de nov. 2023.
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e a acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Syccorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. E a Trabalhadora Negra, Cumé que fica? In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 217-219.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende**. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006.
- IBGE. Censos demográficos. 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 16 out. 2023.
- LIMA, Vinícius; SOLER, André. **A cidade que ninguém vê**. São Paulo Invisível. 2016.
- MACIEL, Lidiane. SILVA, Goulart. Marília., Maria Das Dores Conceição de Oliveira. **Relatório de Pesquisa em escriturabilidade**. São José dos Campo, 2022.
- MOURA, Clóvis. **O Negro de Bom Escravo a Mau Cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- PEREIRA, Gabriela Leandro. **Apontamentos sobre a dimensão imaginativa da existência negra nas cidades**. GT Cidade Diaspórica no Atlântico Negro. 2018.
- PEREIRA, Gabriela Leandro. Racialidade e cidade: um encontro imprescindível e urgente. In: COTA, D. A. et al. (org.). **Realidade urbana brasileira: problemas, desafios e possibilidades para a efetivação do Direito à Cidade**. Rio De Janeiro: Autografia, 2021. p. 111-118.
- PIQUET, Rosélia Perissé da Silva.; RIBEIRO, Ana Clara

Torre. Tempos, ideias e lugares: o ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 1, p. 49-59, 2008. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/191>. Acesso em: 27 nov. 2024.

POPPER, Karl. **A lógica das Ciências Sociais**. Rio De Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

REDES MARE. **Censo Populacional**. Redes da Maré: Apresentação (redesdamare.org.br). Rio de Janeiro. [Publicação on-line] 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. DE S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 14–23, set. 2016. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004301>. Acesso em: 14 de nov. 2023.

SILVA, Fabiana Félix Amaral e; MACIEL, Lidiane Maria. “Decolonizando” o planejamento: a experiência dos conflitos urbanos em cidades latino-americanas. In: LIMONAD, Ester.; MONTEIRO, João. C.; MANSILLA, Pablo. (org.). **Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2021. v. 1, p. 185-220.

SIQUEIRA, Vânia. **De vivências e memórias de um processo urbano de reintegração de posse: jovens do Pinheirinho**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2019.

SOUZA, Salvador Jairo. **Planejamento insurgente justiça socioespacial e direito à cidade: práticas de resistência no território às políticas de desfavelização em São José dos Campos/SP no século XXI**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2022.

RANDOLPH, Rainer. Uma trajetória do planejamento colaborativo ao subversivo. In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João; MANSILHA, Pablo. (orgs.). **Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas**. São Paulo: Ed. Max Limonad, 2020. p. 90-113.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

Recebido em: 15/11/2023

Revisado em: 10/09/2024

Aprovado em: 24/09/2024

Publicado em: 27/09/2024

**Lidiane Maria Maciel** é doutora em sociologia pela Universidade de Campinas – Unicamp; Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa-ação em Cartografias Sociais (NEPACS) na Universidade do Vale do Paraíba (Univap).  
E-mail: [lidiane@univap.br](mailto:lidiane@univap.br)

**Marília Goulart Silva** é doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR). E-mail: [mariliagoulartsilva@gmail.com](mailto:mariliagoulartsilva@gmail.com)

**Thamires Vieira Martins de Melo** é mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR) e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo mesmo programa.  
E-mail: [thamires.vmelo@gmail.com](mailto:thamires.vmelo@gmail.com)

**Luciana Brauna Batista** é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR).  
E-mail: [prof.lucybrauna@yahoo.com.br](mailto:prof.lucybrauna@yahoo.com.br)